



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Seminário de Investigação de Direito Internacional Público

Curso de Doutoramento (3.º ciclo) 2022/2023  
Especialidade de Ciências Jurídico-Internacionais e Europeias

Unidade curricular

**Direito Internacional Público**

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

**Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca** 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

N/A

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A temática das sanções económicas é de enorme relevância no âmbito do Direito Internacional Público como instrumento de coerção, tendo o respetivo interesse conhecido recente revitalização por causa do conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Neste seminário serão analisadas as sanções económicas determinadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e por outras organizações internacionais tendo por destinatários os respetivos membros. Serão também analisadas as chamadas sanções unilaterais determinadas por Estados ou organizações tendo como destinatários outros Estados, em razão da violação de direitos humanos, de crimes de guerra ou outros de tipologia internacional, ou em reação a outras condutas de Estados reputadas como ilegais à luz do Direito Internacional quando outras medidas não se mostram adequadas ou disponíveis. Relativamente a estas últimas, importa identificar qual o seu regime jurídico e discutir a sua conformidade à luz do Direito Internacional, visto que a respetiva legalidade vem sendo contestada em vários aspetos (por exemplo, pela Assembleia Geral das Nações e pelo Conselho dos Direitos Humanos). As sanções unilaterais têm sido aplicadas em várias dezenas de casos nas últimas décadas, em grande parte como alternativa à não aplicação de sanções económicas por parte do Conselho de Segurança em razão do poder de veto dos seus membros permanentes, e suscitam complexos problemas para além dos já referidos, desde os seus efeitos negativos e implicações ao nível do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário, passando pela proteção de investidores e pelos respetivos efeitos extraterritoriais. Será dado enfoque também às designadas “*smart sanctions*” ou “*targeted sanctions*” que visam pessoas concretas (singulares ou coletivas) que não Estados, tanto quando determinadas pelo Conselho de Segurança como unilateralmente por Estados, discutindo-se o seu regime jurídico e mecanismos de garantia. Neste contexto, dar-se-á ainda atenção à relevância da matéria no âmbito do Direito Administrativo Global.

Conteúdos programáticos

TEMA: SANÇÕES ECONÓMICAS E DIREITO INTERNACIONAL

- I. Sanções económicas internacionais no contexto das sanções internacionais.
- II. Sanções económicas determinadas por Organizações Internacionais:
  - a. Sanções económicas determinadas pelo Conselho de Segurança da ONU
    - i. Conceptuologia e exemplos.
    - ii. Fundamentos.
    - iii. Enquadramento jurídico.
    - iv. Garantias.
  - b. Sanções económicas determinadas pela UE:
    - i. Conceptuologia e exemplos.
    - ii. Fundamentos.
    - iii. Enquadramento jurídico.
    - iv. Garantias.
- III. Sanções económicas unilaterais:



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- a. Conceptuologia e exemplos.
  - b. Fundamentos.
  - c. Enquadramento jurídico.
  - d. Garantias.
- IV. Sanções que têm por destinatários indivíduos:
- a. Conceptuologia e exemplos.
  - b. Fundamentos.
  - c. Enquadramento jurídico.
  - d. Garantias.
- V. Os direitos humanos e as sanções económicas internacionais.
- VI. As sanções económicas internacionais no contexto do Direito Administrativo Global.

#### Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O presente curso visa desenvolver nos alunos um elevado pensamento crítico, adequado a um curso de doutoramento. Esse pensamento crítico deve ser, não apenas especulativo, mas combinado com a busca da aptidão para a resolução de problemas práticos a partir de modelos teóricos. Nessa medida, pretende-se cultivar elementos característicos tanto de um pensamento dogmático como de um pensamento zetético. O tema escolhido é particularmente propenso a tal e útil para conduzir os alunos por um percurso de investigação, escrita e apresentação de pensamento próprio.

#### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A metodologia de ensino consiste, essencialmente, na apresentação de cada temática por parte do professor, em sessões de seminário, sendo transmitido aos alunos um conjunto de hipóteses por temática para propiciar a discussão e o aprofundamento da investigação própria. Para o efeito, será aconselhada bibliografia (além da lista *infra*).

A avaliação dos alunos será feita com base (i) nos trabalhos entregues ao longo do ano que lhes sejam solicitados (breves comentários, resenhas, etc.), (ii) na sua participação presencial nos seminários, e (iii) num relatório final escrito a entregar em prazo a definir.

A metodologia de ensino e avaliação manter-se-ão, com as devidas adaptações, caso haja necessidade de recorrer a modalidades de ensino à distância, designadamente por causa da pandemia COVID-19.

Nesta UC serão utilizadas as modalidades de ensino à distância permitidas pela FDUL, sem que isso importe qualquer prejuízo para os alunos ou distinção entre os mesmos (caso sejam utilizadas metodologias mistas de ensino presencial e à distância). Todos os alunos serão bem-vindos.

#### Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Num curso de doutoramento (parte escolar) é fundamental fornecer temas aos alunos que lhes permitam abordagens menos tradicionais, e fora da sistematicidade normalmente utilizada na licenciatura, assim como usar uma metodologia que auxilie esse objetivo).

#### Bibliografia principal

Bibliografia específica inicial recomendada:

- Anguelov, Nikolay, *Economic Sanctions vs. Soft Power*, Palgrave MacMillan, 2015.
- Asada, Masahiko (ed.), *Economic Sanctions in International Law and Practice*, Routledge, 2020.
- van Bergeijk, Peter A.G., *Research Handbook on Economic Sanctions*, E. Elgar, 2021.
- Biersteker, Thomas / et al. (eds.), *Targeted Sanctions — The Impacts and Effectiveness of United Nations Action*, Cambridge University Press, 2016.
- Beaucillon, Charlotte (ed.), *Research Handbook on Unilateral and Extraterritorial Sanctions*, E. Elgar, 2021.
- Farrall, Jeremy, *United Nations Sanctions and the Rule of Law*, Cambridge University Press, 2007.
- Farrall, Jeremy / Rubenstein, Kim (eds.), *Sanctions, Accountability and Governance in a Globalised World*, Cambridge University Press, 2009.
- Gordon, Richard / et al., *Sanctions Law*, Hart Publishing, 2019.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- Gowlland-Debbas, Vera (ed.), *National Implementation of United Nations Sanctions*, Martinus Nijhoff Pub., 2004.
- Hakimdavar, Golnoosh, *A Strategic Understanding of UN Economic Sanctions*, Routledge, 2014.
- Happold, Mathew / Eden, Paul (eds.), *Economic Sanctions and International Law*, Hart Publishing, 2016.
- van den Herik, Larissa (ed.), *Research Handbook on UN Sanctions and International Law*, Elgar, 2017.
- Joes, Lee, *Societies Under Siege — Exploring How International Economic Sanctions (Do Not) Work*, Oxford University Press, 2015.
- Marossi Ali Z. / Bassett, Marisa R. (eds.), *Economic Sanctions under International Law*, Springer, 2015.
- Ronzitti, Natalino (ed.), *Coercive Diplomacy, Sanctions and International Law*, Brill Nijhoff, 2016.
- Subedi QC, Surya P., *Unilateral Sanctions in International Law*, Hart Publishing, 2021.

Bibliografia do Professor em matéria de Direito Internacional dos Direitos Humanos:

- Fonseca, Rui Guerra, *Proteção Internacional dos Direitos Humanos — Introdução à disciplina. Sumários desenvolvidos*, AAFDL, Lisboa, 2018.
- \_\_\_\_\_, “A maturidade da ação de responsabilidade civil extracontratual do Estado por atraso na justiça (segundo o TEDH) - Ac. do TEDH de 29.10.2015, Queixa n.º 73798/13”, *Cadernos de Justiça Administrativa*, 122, Março-Abril 2017, pp. 49-65.
- \_\_\_\_\_, “A Declaração Universal dos Direitos Humanos na Constituição da República Portuguesa”, in *Nos 40 Anos da Constituição*, org. Jorge Miranda, AAFDL, Lisboa, 2017, pp. 74-83.
- \_\_\_\_\_, “O Direito Internacional dos Direitos Humanos no Pensamento de Hans Kelsen”, in *O Pensamento de Hans Kelsen — Influências, Contexto e Atualidade*, Pedro Moniz Lopes (coord.), AAFDL, 2020, pp. 333-344.
- \_\_\_\_\_, “Acórdãos e decisões e os respetivos efeitos”, in *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais*, III, coord. Paulo Pinto de Albuquerque, Universidade Católica Editora, 2020, pp. 3149-3180.
- \_\_\_\_\_, “Global Constitutionalism And Social Rights: A Few Notes On Human Rights In The Quest For A Substantive Rule Of Law”, in *Contemporary Issues of Human Rights Protection in International and National Settings (Ljubljana – Augsburg 2nd Conference on Contemporary Issues of International Law)*, coord. Vasilka Sancin / Stefan Lorenzmeier, Nomos Verlag, 2017, pp. 229-243.
- Ireneu Cabral Barreto / Rui Guerra da Fonseca, “A ‘doutrina Bosphorus’ e a tendência para a ampliação da jurisdição do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos: algumas notas”, in *Estudos em Homenagem ao Conselheiro Sousa Ribeiro*, Tribunal Constitucional, II, Almedina, 2019, pp. 573-594.

Bibliografia geral preparatória sobre Direito Internacional dos Direitos Humanos:

- Barreto, Ireneu Cabral, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 5.ª ed., Almedina, 2016.
- Martins, Ana Maria Guerra, *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Almedina, 2011.
- Moeckli, Daniel / Shah, Sangeeta / Sivakumaran, Sandesh / Harris, David, *International Human Rights Law*, 3.ª ed., Oxford University Press, 2018.
- Moreira, Vital / Gomes, Carla Marcelino (coords), *Compreender os Direitos Humanos - Manual de Educação para os Direitos Humanos*, Coimbra Editora, 2014.
- Sudre, Frédéric, *Droit européen et international des droits de l’homme*, 13.ª ed., PUF, Paris, 2016.
- Zanghi, Claudio, *La protezione internazionale dei diritti dell’uomo*, 3.ª ed., G Giappichelli Editore, 2013.

Bibliografia geral de Direito Internacional Público:

- Baptista, Eduardo Correia, *Direito Internacional Público*, II, AAFDL, 2004, pp. 429 ss.
- Brownlie, Ian, *Princípios de Direito Internacional Público*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 457 ss.
- Gouveia, Jorge Bacelar, *Manual de Direito Internacional Público*, 5.ª ed., Almedina, 2017, pp. 543 ss.
- Machado, Jónatas E. M., *Direito Internacional — Do Paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro*, 4.ª ed., Coimbra Editora, pp. 393 ss.
- Miranda, Jorge, *Curso de Direito Internacional Público*, 6.ª ed., Principia, 2016, pp. 309 ss.
- Morais, Carlos Blanco de, *Direito Internacional Público — Sumários Desenvolvidos*, 2.ª ed., AAFDL, 2017.
- Pereira, André Gonçalves /Quadro, Fausto de, *Manual de Direito Internacional Público*, pp. 535 e 595 ss.
- Shelton, Dinah L., *Advanced Introduction to International Human Rights Law*, Edward Elgar, 2014.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

*Outras indicações bibliográficas serão tematicamente fornecidas nas aulas.*

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

### Curricular unit sheet

Curricular unit

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

-----

Learning outcomes of the curricular unit

Syllabus

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

Teaching methodologies (including evaluation)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

Main Bibliography

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.